



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012
(Do Sr. Padre Ton e da Senhora Erika Kokay)

Requer a realização de diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias ao Estado do Mato Grosso do Sul, em especial na região da grande Dourados, com o objetivo de verificar a situação das comunidades indígenas Passo Piraju e Pyelito Kue e ao mesmo tempo para monitorar de forma geral o processo de reconhecimento e demarcação das terras indígenas neste referido Estado.

Justificativa

Informações recentes e preocupantes chegaram até nossa Comissão e a frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas dando conta de que há articulações entre os índios guarani-kaiowá da comunidade Passo Piraju localizada na cidade de Dourados – MS e Pyelito Kue localizada na cidade de Iguatemi, onde cerca de 600 indígenas incluindo mulheres, idosos, rezadores/as e crianças, anunciaram que vão resistir até a morte a ordem de despejo que receberam da justiça federal.

Essa notícia muito nos preocupa porque a decisão dessas duas comunidades foi tomada coletivamente, segundo consta de cartas que se recebeu das referidas comunidades e de relatório do Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá. Essa decisão, segundo a comunidade Passo Piraju e Pyelito Kue se justifica porque elas avaliam que há uma sistemática violência e extermínio contra os índios e que a justiça federal atua contrária aos indígenas e neste sentido eles concluem que não há justiça e que a saída seria a morte coletiva a ter que voltarem a viver na beira da estrada.

Dada a gravidade dos fatos e na iminência de vir a se concretizar uma possível morte coletiva, requeremos deste colegiado que aprove nova diligência a região da grande Dourados - em 2011 essa Comissão foi em diligência e visitou as comunidades indígenas KURUSU AMBA no município de Coronel Sapucaia e GUAVIRY no Município de Amambaí e no acampamento indígena às margens da BR próxima de Dourados - para ajudar nas negociações e ainda para monitorar os processos de reconhecimento e demarcação das terras indígenas em todo Estado do MS.

Cabe ainda ressaltar a este colegiado que a situação dos índios KAIOWÁ/GUARANI no MS é de massacre e genocídio. São tantas as vítimas que somente de 2011 para cá, alguns casos podem ser citados: o desaparecimento do cacique Nisio Gomes, assassinado em setembro no acampamento Tekoha



Guaiviry, município de Amambaí, a comunidade do Tekoha Pyelito Kue na cidade Iqautemi foi atacada por cerca de 40 pistoleiros, no mesmo mês, também foi morto o indígena Teodoro Ricardi da comunidade Y'poi na cidade de Paranhos, no velório de Teodoro houve outro atentado ao indígena Isabelino Gonçalves que conseguiu escapar dos tiros desferidos por pistoleiros e há ainda os recentes ataques a comunidade Arroio Korá em Paranhos.

Mas as perdas dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul não estão apenas se dando no campo individual, suas derrotas principais também estão ocorrendo no campo coletivo, na luta por seus territórios tradicionais. Tais derrotas se devem a justiça federal que tem atuado no geral desfavorável aos índios e ainda por conta da morosidade da FUNAI no reconhecimento e demarcação das terras.

Por tudo isso, os KAIOWÁ/GUARANI estão perdendo a confiança nas leis e instituições públicas, pois os poderes constituídos não estão dando respostas a contento a tamanha violência. Tal descrença inclusive tem levado aos indígenas a perderem seu amor pela vida. Levantamento do Conselho Indigenista Missionário – CIMI de que entre 2003 a 2011 há uma média anual de 20 casos de suicídios.

Tal realidade não pode ficar sem uma resposta e sem uma atuação desse Poder Legislativo e por isso, pedimos a aprovação de mais uma diligência para ir verificar e cobrar providências para que sejam respeitados os direitos humanos dos povos indígenas do MS

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2012

Deputada Erika Kokay – PT/DF

Deputado Padre Ton – PT/RO